



**ERIGINDO BABEL: MULTICULTURALISMO, MULTILINGUISMO E
HIBRIDISMO CULTURAL NAS *TERRAS BRASÍLICAS* DURANTE O PERÍODO
COLONIAL**

**ERECTING BABEL: MULTICULTURALISM, MULTILINGUALISM AND
CULTURAL HYBRIDITY IN BRAZILIAN LANDS DURING THE COLONIAL
PERIOD**

Edwar de Alencar Castelo Branco*

Doutor em História/Universidade Federal de Pernambuco

Professor da Universidade Federal do Piauí

E-mail: edwar2005@uol.com.br

Teresina, Piauí, Brasil

Jaislan Honório Monteiro

Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Piauí

Mestrando em História do Brasil/Universidade Federal do Piauí

E-mail: jaislanufpi@gmail.com

Teresina, Piauí, Brasil

*Enderenço: Edwar de Alencar Castelo Branco

Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, Vice-Reitoria. Campus Ministro Petrônio Portela, Ininga, CEP: 64048901, Teresina/PI, Brasil.

Editora: Dra. Marlene Araújo de Carvalho

Artigo recebido em 03/02/2013. Última versão recebida em 05/03/2013. Aprovado em 06/03/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Apoio e Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da relação entre língua e multiculturalismo no período da expansão europeia, dando-se maior ênfase ao século XVI. Para este propósito, analisamos os relatos dos primeiros brasilianistas, com o intuito de compreender a maneira como esses agentes – cronistas e missionários jesuítas – enfrentaram os problemas de governabilidade com os quais se depararam quando do contato com as diferenças linguísticas e culturais das sociedades ameríndias que figuravam no Brasil quinhentista.

Palavras-chave: multiculturalismo; discurso; colonização; multilinguismo.

ABSTRACT

The present work aims to study the relationship between language and multiculturalism in the period of european expansion, giving greater emphasis to the sixteenth century. For this purpose we analyzed the reports of the first Brazilianists, in order to understand how these agents - Jesuit missionaries and chroniclers - faced the problems of governance with which they encountered when contact with the linguistic and cultural differences of Amerindian societies who lived in the sixteenth century Brazil.

Key Words: multiculturalism; discourse; colonization; multilingualism.

Que os indivíduos possam aberrar-se
livremente, segundo a verdade do desejo
(Roland Barthes)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no interior de um quadro teórico cujas raízes remontam à chamada *Linguistic Turn*, da qual, especificamente para o ofício do historiador, decorreriam a *Cultural Turn* e, mais recentemente, a *Visual Turn*. Ainda que a *Virada Linguística* seja um acontecimento intelectual mais articulado aos estudos de Filosofia da Linguagem, é inegável que os seus efeitos atingiram, com diferentes intensidades, distintos ramos das Ciências Humanas, ocupando papel de destaque nas reflexões dos historiadores pelo menos desde a década de 1950ⁱ.

O enquadramento referido acima diz respeito ao fato de que este trabalho tem como objetivo o estudo da relação entre língua e multiculturalismo no período da expansão europeia, dando-se maior ênfase ao século XVI. Para este propósito, utilizamos como fontes de estudo os relatos dos primeiros brasilianistas, com o intuito de compreender a maneira como esses agentes – cronistas e missionários jesuítas – enfrentaram os problemas de governabilidade com os quais se depararam quando do contato com as diferenças linguísticas e culturais das sociedades ameríndias que figuravam no Brasil quinhentista. Paralelamente ao desenvolvimento dessa temática, procuraremos refletir sobre o fenômeno da normatização da língua na nova colônia, uma vez que essa variável foi utilizada tanto como instrumento de controle social quanto de engendramento de um universo de novas significações.

Esta última proposição diz respeito ao fato de que a norma, como se sabe, é uma prática discursiva que está permeada por múltiplas formas de poder, uma vez que o discurso, em toda sociedade e inclusive nestas que resultariam do encontro de culturas que ocorreriam com a chegada dos europeus ao Novo Mundo,

não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpoⁱⁱ.

A LINGUAGEM COMO CILADA: OS MEANDROS DO BINÔMIO *SABER /PODER*

A chegada dos europeus e a decorrente colonização do território que mais tarde viria a ser designado Brasilⁱⁱⁱ encontra-se inserido no período histórico que os estudiosos chamaram de “A Era das Grandes Navegações”. A grandiloquência que marcou as metanarrativas históricas até fins do século passado acabou por reduzir o complexo processo de tradução das culturas^{iv} que se encontrariam a partir do século XVI, implicando o Novo no Velho Mundo e vice versa, aos aspectos macrológicos que dizem respeito à materialidade objetiva da expansão marítima e do mundo colonial. Com os objetivos já declinados, queremos defender a ideia de que este mesmo período, rico em acontecimentos, pode ser também nomeado de “A Era das Gramáticas”.

Situando nossas atenções nesse contexto, é sempre válido recordar que é nessa configuração histórica que ascendem no Velho Mundo as línguas nacionais que passariam a ser um dos grandes marcos identitários das nações com monarquias centralizadas e/ou em vias de pacificação política. Este último aspecto possui grande relevância, na medida em que foi condição *sine qua non* no contexto da corrida marítima de busca por novos saberes e poderes. Sendo o *diferente* uma constante que passa a ser incorporada à imaginação e ao cotidiano do homem europeu, deparar-se com as mais diversas realidades linguísticas e culturais tornou possível um fenômeno de curiosa expressividade,

[...] quase na mesma época em que eram publicadas as primeiras gramáticas do francês, do castelhano, do português, vinham à luz as gramáticas das línguas ameríndias, asiáticas e africanas, que, décadas antes, eram completamente desconhecidas pelos europeus. Datam dessa época, por exemplo, as primeiras gramáticas ocidentais do japonês, do vietnamita, do árabe, do geez (da Etiópia), do tamil (Índia), do guarani, do tupi, do náuatle (do México), do aymara, do quíntua (do Peru e da Bolívia) e de muitas outras^v.

Podemos dizer, então, que, em nenhum outro momento da história foi possível observar tamanho interesse na questão do entendimento das línguas e de sua gramaticalização. Por ocasião da conquista dos territórios ainda não demarcados pelo saber cartográfico, os enviados das nascentes monarquias centralizadas da época apressam-se por esquadrihar o exotismo que pairava sobre as novas terras. “Visão e apropriação se confundem nos episódios dos descobrimentos. Deparar com a novidade equivale a possuí-la”^{vi} para logo depois poder decifrá-la.

Os relatos da literatura de viagens marítimas dos princípios da Modernidade dão conta de que os primeiros homens que aportaram no terreno do “desconhecido” sentiram, na imediaticidade do primeiro encontro, que necessitavam readequar seu mapa cognitivo para

compreender as novas realidades emergentes, assim como fomentar instrumentos linguísticos que dessem conta de uma comunicação que, ao mesmo tempo, promovesse o entendimento e facilitasse a dominação, uma vez que as línguas locais, tal como se apresentavam nos primeiros momentos da colonização, impossibilitavam a interação entre as partes por meio de um código verbal.

Na descrição da chegada e dos primeiros dias na terra brasílica, presente na Carta de Pêro Vaz de Caminha, bem como nos outros dois documentos que foram fruto do relato de testemunhas presenciais do acontecimento – *A Carta do Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo* – ressaltam-se as dificuldades de entendimento entre o “eu” e o “outro”. Em muitos trechos daquele que é hoje um dos mais importantes documentos da História do Brasil – o *diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura*^{vii} – o aspecto das dificuldades na comunicação, ainda que não aprofundado, é bastante mencionado, seja para ressaltar o que se afigurava como barbárie dos indígenas, por falarem um código de difícil inteligibilidade – “(...) ali não houve mais entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que não se entendia nem ouvia ninguém”^{viii} –, seja para ressaltar a comunicação em *migalhas* permeada de gestos, que dificultava o início da empresa colonizadora naquelas terras – “(...) porém um deles pôs o olho no colar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro”^{ix} e ainda “(...) falava, enquanto o capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quanta coisa lhe demandávamos acerca de ouro que nós desejávamos saber se na terra havia”^x.

Antes de adiantarmos outras decorrências advindas dessa problemática – presentes no relato de outros brasilianistas – poderíamos dizer que, em Portugal, naquilo que diz respeito à língua portuguesa, muitos são os fatores atestatórios de que os dilemas gramaticais e linguísticos da época – *Questão da Língua* – prolongaram-se com aguda vitalidade durante os fins de século XV e por grande parte dos séculos XVI e XVII. Tais fatores eram alvo das preocupações de poetas e humanistas lusitanos.

Algumas construções textuais são demonstrativas de que a referida questão era vital para os destinos do Império Português^{xi}. É sempre válido ressaltar essa importância, uma vez que o conjunto de implicações que se desprende dessa teia discursiva

[...] sacode, com maior ou menor força, o edifício sócio-cultural (...) certamente com a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e outros elementos da estrutura social. A língua é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza.”^{xii}

Partindo da premissa de que a linguagem é o lugar de acontecimento da história^{xiii} e também do conhecimento de que a língua é um código de comunicação, podemos corroborar com a ideia de que,

[...] a linguagem é uma instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características ou finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem. Sejam quais forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual. Em outras palavras, dependem de um universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes^{xiv}.

Daí a militância de João de Barros, inspirado nas lições dos gregos e romanos antigos, para que a língua portuguesa fosse difundida e, acima de tudo, preservada nos domínios portugueses d'além-mar, muito mais que as coisas materiais, uma vez que as marcas do tempo dificilmente a aniquilariam. Em suas palavras, restaria aos povos colonizados (...) aprender a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nela vam escritos^{xv}.

Num segundo momento, a “Questão da Língua” passa a relacionar-se mais diretamente com a atividade jesuítica de missionação, uma vez que os missionários passam a utilizá-la como um sutil instrumento de dominação. No que se refere a esse aspecto é importante destacar que

[...] se a gramaticalização das línguas vernáculas e se a renovação das gramáticas das línguas antigas eram um fato caracteristicamente renacentista, a obra de gramaticalização das línguas americanas, asiáticas e africanas seria fruto do trabalho missionário, da Contrarreforma, que não se identificava com o Renascimento, mas ao contrário, negava seus postulados fundamentais^{xvi}.

Para Inácio de Loyola, os aspirantes ao ingresso nos quadros da Companhia de Jesus deveriam ter como tarefa primeira a ser sublinhada entre todas as outras o aprendizado das línguas dos povos a serem colonizados. Essa preocupação teve forte repercussão sobre os missionários que se encontravam nas terras brasileiras, prova disso foi que “uma das primeiras preocupações de Manuel de Nóbrega consistiu em instruir os missionários nas línguas utilizadas pelos índios, pelo que incumbiu o padre João Azpilcueta Navarro^{xvii} de aprender^{xviii}. Catequizar as populações recém-descobertas por meio da apropriação de suas línguas: eis a missão dos novos tempos.

A ATIVIDADE JESUÍTICA NO UNIVERSO MULTIFACETADO DAS SOCIEDADES AMERÍNDIAS

O tema da origem e desenvolvimento das línguas no território brasílico é assunto bastante complexo. Estima-se que, à época dos primeiros contatos, coexistiam nesse espaço, aproximadamente, 1.500 línguas faladas pelos indígenas que se encontravam distribuídos nos mais diversos grupos culturais e linguísticos^{xix}. Outros trabalhos que se dedicaram ao estudo do milenar processo de povoamento do Brasil atestam uma lenta e “progressiva diferenciação linguística e civilizacional entre os descendentes de seus primeiros ocupantes”^{xx}. Em resumo, tais trabalhos revelam que, durante e após os efeitos da colonização, a quase totalidade dessas línguas veio a ser subjugada.

O Padre Fernão Cardim, missionário que permaneceu por quase meio século no Brasil e que percorreu boa parte desse território a fim de desempenhar suas funções de missionário, nos deixou também valiosas descrições sobre o universo plurilinguístico que havia nas novas terras. Em um de seus muitos escritos acerca dos ameríndios, ele relata que, no vasto espaço geográfico da nova colônia, era possível encontrar

[...] muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de índios; estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade está em ter muitas composições^{xxi}.

Fruto desse processo, a língua tupi^{xxii} foi aquela que, com ligeiras variantes, apresentava o maior número de falantes ao longo da extensa costa brasileira nos anos iniciais do empreendimento lusitano de colonização. Dado o contexto de estridente heterogeneidade, o conhecimento e a sistematização da(s) língua(s) falada(s) pelos habitantes locais passou a figurar como condição indispensável para efetivo domínio dos habitantes das terras coloniais.

Certos traços de unidade linguística que se verificaram ao longo da zona litorânea vieram a viabilizar a escrita e, posteriormente, em 1595, a publicação, pelo padre jesuíta José de Anchieta, da primeira gramática versada em língua brasílica que veio a ter o título muito apropriado de *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. O erudito missionário Anchieta – que adquirira consistente formação gramatical, filológica e literária em terras portuguesas – tornava-se assim o primeiro gramático do Brasil. O referido empreendimento, que se assentou na conjuntura histórica da gramaticalização das línguas, respondia assim aos anseios do missionarismo católico de conversão dos gentios à fé cristã.

Dessa forma, *conhecimento linguístico* e *evangelização* constituíram-se como faces gêmeas do mesmo projeto.

Esse processo de estudo, descrição, normatização e ensino em obras gramaticais – a exemplo da gramática elaborada por José de Anchieta –, visava, (...) primeiramente, à catequese e ao contato com os índios de uma forma geral, uma vez que

[...] o instrumento de intercomunicação verbal principal nesse período histórico não seria a língua portuguesa, nem nenhuma das línguas africanas que aqui chegaram pelo que antes se disse, mas sim uma língua geral de base indígena, com predomínio certamente da língua geral da costa, certamente marcada pela versão dos jesuítas missionários. Sabe-se que não é o português a língua das reduções e missões jesuíticas, sabe-se que nas fazendas e no ambiente rural em geral, na casa dos senhores e dos outros era uma língua, não a portuguesa transplantada, mas com interferências certamente dela, que se constituía. De base indígena e com marcas africanas era aceita, entretanto, pelo poder leigo e da igreja, esta que foi a legitimadora da língua geral para a catequese e domínio dos indígenas nos primeiros tempos coloniais^{xxiii}.

O estudo da língua revela toda sua importância para o entendimento da configuração da época, uma vez que a *língua tupi* fora o instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas, sendo, segundo alguns autores^{xxiv}, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil

[...] desde logo e pela pressão do formidável imperialismo religioso do missionário jesuíta pela sua tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais, o tupi-guarani aproximou entre si tribos e povos indígenas, diversos e distantes em cultura, e até inimigos de guerra, para, em seguida, aproximá-los todos do colonizador europeu. Foi a língua, essa que se formou da colaboração do culumim com o padre das primeiras relações sociais e de comércio entre as duas raças, podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gasto ou o uso corrente a fala do povo conquistado, reservando a sua para o uso restrito e oficial. Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial predominou sobre o tupi, tornando-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência; já o português perdera seu ranço ou a dureza do reino; amolecera-se num português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os culumins^{xxv}.

Com base ainda na visão do sociólogo brasileiro, podemos deduzir que “à naturalidade das diversas línguas impuseram uma só, ‘a geral’”^{xxvi}.

Sendo um elemento buscador de unidade, a constituição desse novo falar impôs a uma gama enorme de indivíduos determinadas regras e condições que acabaram por rarefazer o mosaico linguístico em que se encontravam aqueles sujeitos das terras brasílicas no momento anterior ao contato com o homem europeu. A eles, a nova fala, além de duplamente artificializada – *reduzora* (porque castradora de elementos linguísticos locais) e *expansiva* (porque incrustada de elementos da língua forasteira) ao mesmo tempo - dizia-lhes implicitamente: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou

se não for, de início, qualificado para fazê-lo [uma vez que] nem todas as regiões do discurso estão igualmente abertas e penetráveis^{xxvii}. Um interessante aspecto desse fenômeno de interdição discursiva no contexto da multiplicidade de línguas da nova colônia é uma referência feita pelo Padre Fernão Cardim sobre uma parcela do grupo tribal Tapuia que, um tanto diferentemente do tupi - que veio a ser a *língua geral da costa* - era de difícil inteligibilidade. Esse fator veio a constituir-se em sério impedimento para conversão dessa tribo, como bem demonstrou o cronista.

Com os mais Tapuias não se pode fazer conversão por serem muito andejos e terem muitas e diferentes línguas dificultosas. Somente fica um remédio, se Deus Nosso Senhor não descobrir outro, e é havendo às mãos alguns filhos seus aprenderem a língua dos do mar e, servindo de intérpretes, fará algum fruto ainda que com grande dificuldade pelas razões acima ditas e muitas outras^{xxviii}.

O fenômeno do estudo e sistematização das línguas indígenas, bem como a utilização da chamada *língua geral* no processo de conversão no Brasil encontra-se dentro de um painel configurativo bem mais abrangente no campo dos saberes dos séculos XVI e XVII. A(s) língua(s) dos ameríndios, até então totalmente difusas, passaram a se situar no nível técnico de conteúdos em que o saber do homem europeu imiscuiu-se para prescrever e normatizar, uma vez que a lógica do momento impelia que “os conhecimentos fossem observados, mensurados e classificados (...) para que depois de verificáveis se tornassem úteis^{xxix}”. O padre Cardim, por meio da sua longa taxonomização de tribos e línguas e do seu trabalho de missão, é prova do esforço e do desejo do homem quinhentista de que nada permanecesse estranho ou escapasse à alçada dos seus saberes.

Outro brasilianista que se posicionou acerca da problemática da língua nas sociedades ameríndias foi o português Pêro Magalhães de Gândavo. Mesmo sendo pouco valorizado à época o seu trabalho de cunho histórico, quando comparado com “seus dois opúsculos de conteúdo linguístico e gramatical^{xxx}” este vem a figurar como documento de grande riqueza para elucidar a sua visibilidade/dizibilidade de homem quinhentista.

A língua que usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere n'algumas partes[...]esta de que trato, que é geral pela costa, é muito branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para machos. *Carece de três letras – scilicet, não se acha nela nem F, nem L, nem R, coisa digna de espanto. Porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e dessa maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.* (grifos nossos)^{xxxi}.

O texto escrito pelo cronista nos remete a uma infinidade de chaves de leitura; contudo, aquela que consideramos mais rica e que nos oferece as maiores possibilidades de interpretação é a perspectiva da etnocentricidade.

A primeira coisa a ser mencionada sobre esse aspecto diz respeito ao lugar de fala do autor. Trata-se daquele que, possivelmente, tenha sido o primeiro historiador do Brasil, tendo gerado, portanto, subsídios para outros brasilianistas da época, sendo que, em Portugal, viera a exercer o cargo de copista da Torre do Tombo e também de professor de latim e português. Em outras palavras, trata-se de um “humanista [que] estava a par do panorama literário português do séc. XVI.”^{xxxii}.

Nos relatos de suas incursões pela terra brasílica, que se encontram nas obras *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz, que vulgarmente chamamos de Brasil*, ele parte da visão de mundo em que seu espaço é tomado como referência, enquanto o “outro” - indígena - é visto e dito pela ótica dos seus valores e de suas definições. Dessa maneira, uma divisão logo se concretiza: de um lado, o grupo do relator - mundo do “eu” - que partilha de sensorialidades e de significações que convergem para similaridade - semelhanças de gostos, crenças e vivências. Do outro lado, o grupo da alteridade, que inquieta por figurar no mundo à sua maneira, distante da padronização então vigente e exigida. No confronto com a diferença exponenciam-se os estereótipos e demarcam-se novas e dicotômicas balizas de enunciação: humanos e selvagens; cultura e natureza; progresso e atraso; normal e anormal; ordem e desordem, ou, em síntese: civilização e barbárie.

O que Gândavo, como tantos outros de seu tempo, não podia compreender por meio dos sistemas de pensamento que lhe eram facultados pela *época* - esse ambiente fechado que dá aos indivíduos a medida de suas ações - é que a significação de um acontecimento deve ser relativizada dentro do contexto em que acontece, que a posição - política, ideológica, sócio-econômica, etc. - é parte substancial da verdade.

Dessa forma, como no episódio de grande semelhança narrado por Camões em *Os Lusíadas*, quando do encontro com os mouros na ilha de Moçambique - “Que gente será esta? (em si diziam) que costumes, que lei, que rei teriam?”^{xxxiii} - o “outro” foi alguém cartografado de acordo com os desejos e proposições identitárias do homem europeu.

Esse desnivelamento de possibilidades discursivas entre os dois grupos, que ocorre na zona de interdição que é a escrita - onde o primeiro descreve e ao “outro” nada é permitido dizer sobre si -, o ato de simples descrição torna-se transgressão. O discurso é uma violência que fazemos às coisas^{xxxiv} como também aos indivíduos. Deslumbramento e susto figuram

dessa forma como justos epítetos para esse emblemático período do encontro com o “outro” que se dá no alvorecer da Idade Moderna.

Deslocando alguns dos aspectos desse debate para a problemática do convívio com a alteridade no mundo contemporâneo, torna-se necessário dizer que “o processo quinhentista [de utilização da língua como instrumento de dominação] persiste, a ideologia de homogeneização cultural e linguística também, mudados apenas os senhores”^{xxxv} tornando cada vez mais necessária a implementação de “estratégias que sejam capazes de administrar os problemas de diversidade e multiplicidade”^{xxxvi} uma vez que a complexa articulação social com a diferença

[...] significa respeito e abertura para relações com jogos de linguagem que representam uma heterogeneidade muito grande de elementos sociais e políticos e culturais. O “aprender a conviver” diz respeito portanto à habilidade pessoal de permitir a aproximação e não o afastamento do Outro, através do interesse, da escuta e do diálogo, da empatia por formas alternativas de vida^{xxxvii}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais (...) este trabalho procurou atentar para os mecanismos de produção discursiva que estiveram imbricados no processo de miscigenação linguística (...) nos primórdios do Brasil Colonial, atentando para o fato de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos”^{xxxviii}. No caso específico do Brasil, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do missionário José de Anchieta, figura como um dos exemplos mais vistosos dessa prática.

Naquilo que se refere à língua portuguesa, quando do contato com esse outro espaço linguístico que eram as terras brasílicas pré-cabralinas, podemos dizer que esta também passou a funcionar de maneira diferenciada, vindo a apresentar um complexo de características particulares, da mesma forma que também veio a ocorrer nos arquipélagos do Atlântico e nos territórios colonizados na Ásia e na África. Disso podemos concluir que a língua é algo como uma resultante das múltiplas tendências (variáveis) do tecido social em que se desenvolve.

Sobre a variável *multiculturalidade*, que permeia todo esse debate, é necessário dizer que muitos ainda são os empecilhos para se alcançar o tão almejado *equilíbrio sociolinguístico satisfatório*, proposto no artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, pois, em pleno século XXI, não se conseguem ainda evitar as atitudes hierarquizantes que afetam a lealdade linguística de muitos dos sujeitos das sociedades minoritárias; as lamúrias de

Caliban^{xxxix} parecem ainda ressoar nos nossos ouvidos. Para serem escutados sobre os malefícios do processo de colonização ou sobre quaisquer outros desígnios, é-lhes por muitas vezes necessário – ou melhor, exigido – o discurso na língua fixada pelo colonizador – permeado de qualificações e imperativos. Em síntese: muitas comunidades linguísticas minoritárias ainda não tiveram assegurados a promoção e o respeito às suas formas outras de enunciação. Como, aliás, de forma perspicaz, enunciou Barthes:

Essa liberdade é um luxo que toda sociedade deveria proporcionar a seus cidadãos: tantas linguagens quantos desejos houver: proposta utópica pelo fato de que nenhuma sociedade está ainda pronta a admitir que há vários desejos. Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra: que o sujeito futuro conheça, sem remorso, sem recalque, o gozo de ter à sua disposição duas instâncias de linguagem, que ele fale isto ou aquilo segundo as perversões, não segundo a Lei^{xl}.

Referências*

*O artigo foi submetido com suas referências conforme normas da ABNT, assim como definem as normas de submissão da Revista FSA. Após aprovação, foi solicitado pelos autores, dada a natureza do estudo, que as referências obedecessem ao formato de notas de rodapé.

ⁱ CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text: Historians and the Linguistic Turn*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 2004.

ⁱⁱ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10-11

ⁱⁱⁱ Para um melhor entendimento acerca da correlação de elementos que possibilitaram a efetivação da ideia de unidade do território brasileiro ver COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a final de quinhentos*. Edições Cosmos. Lisboa, 1995.

^{iv} BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

^v NAVARRO, Eduardo de Almeida. Anchieta, um humanista e um gramático na Babel do Renascimento. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 12, nº 35, maio-ago, 2006.

^{vi} GIUCCI, Guillermo. Sem fé, lei ou rei: Brasil (1500-1532). Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 27

^{vii} ABREU, João Capistrano de. **O Descobrimento do Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 159.

^{viii} CAMINHA, Pêro Vaz. *Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Estudo crítico e notas de Ana Maria de Azevedo e Maria Paula Caetano e Neves Águas. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000. p. 87

^{ix} CAMINHA, Pêro Vaz. *Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Estudo crítico e notas de Ana Maria de Azevedo e Maria Paula Caetano e Neves Águas. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000. p. 82

^x CAMINHA, Pêro Vaz. *Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Estudo crítico e notas de Ana Maria de Azevedo e Maria Paula Caetano e Neves Águas. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000. p. 97

^{xi} É ponto sintomático da correlação ‘língua-império’ o fato de que João de Barros, autor da *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), tenha sido importante figura da administração portuguesa à época da Expansão, bem como que a *Gramática de la Lengua Castellana*, do espanhol Antônio de Nebrija, tenha sido publicada no mesmo ano da chegada dos espanhóis à América (1492).

^{xii} BUESCU, Maria Leonor Carvalho *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. p. 12.

^{xiii} CASTELO BRANCO, Edwar de A. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma história diagnóstica do presente. *História Unisinos*. 11(3): 321-329. São Leopoldo (RS), Setembro a Dezembro de 2007.

- ^{xiv} BERGER, Peter, BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social ? In: FORACHI, Marialice Mencarini; Martins, José de Souza (Orgs.). *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora de Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193.
- ^{xv} BUESCU, Maria Leonor Carvalho *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. p. 91.
- ^{xvi} NAVARRO, Eduardo de Almeida. Anchieta, um humanista e um gramático na Babel do Renascimento. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CIFEFiL, ano 12, nº 35, maio-ago, 2006.
- ^{xvii} Padre espanhol da primeira missão da Companhia de Jesus no Brasil que, ao lado de Manuel de Nóbrega e de José de Anchieta, viria a compor a tríade dos chamados “tempos heróicos” (1549 – 1570). Teria sido também um dos primeiros a entender e a se utilizar da *língua geral* no processo de catequização dos indígenas brasileiros.
- ^{xviii} COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a final de quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. p. 207.
- ^{xix} SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*. Revista ICALP, v.11, março de 1988. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/diversidade.pdf> (Acesso em: 18 de dezembro de 2012).
- ^{xx} COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a final de quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. p. 51
- ^{xxi} CARDIM, Fernão. *Tratado de Terra e Gente do Brasil*. Transcrição do texto, introdução e notas: Ana Maria Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 192.
- ^{xxii} Grupo linguístico que abrangia significativa parte das populações que se instalaram ao longo da região litorânea costeira do Brasil. Veio a ser designada, posteriormente, como *língua geral da costa*.
- ^{xxiii} SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*. Revista ICALP, v.11, março de 1988. p. 22. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/diversidade.pdf> (Acesso em: 18 de dezembro de 2012).
- ^{xxiv} Além do já citado estudo de Gilberto Freyre, ver também sobre essa questão os estudos de SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional Bahia, 1987 e NAVARRO, Eduardo de Almeida. O tupi e sua importância para a edificação cultural do Brasil. In: Annette Hoffman. (Org.). *Percorrer as Distâncias, um desafio para a razão humana*. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada, 2001.
- ^{xxv} FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. p. 281.
- ^{xxvi} FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. p. 245.
- ^{xxvii} FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 37.
- ^{xxviii} CARDIM, Fernão. *Tratado de Terra e Gente do Brasil*. Transcrição do texto, introdução e notas: Ana Maria Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 206.
- ^{xxix} FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 16.
- ^{xxx} BUESCU, Maria Leonor Carvalho *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. p. 09.
- ^{xxxi} GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 5 ed. Rev e atual. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1995. p. 100.
- ^{xxxii} BUESCU, Maria Leonor Carvalho *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. p. 07.
- ^{xxxiii} CAMÕES, Luiz Vaz de. Canto I. In: *Os Lusíadas*. Introdução e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 31.
- ^{xxxiv} FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 53.
- ^{xxxv} SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*. Revista ICALP, v.11, março de 1988. p. 17. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/diversidade.pdf> (Acesso em: 18 de dezembro de 2012).
- ^{xxxvi} HALL, Stuart. A Questão Multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2003. p. 52.
- ^{xxxvii} SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo outro? In: *A Razão*. Lisboa, 2003. p. 2.
- ^{xxxviii} FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 08.

^{xxxix} Personagem da peça shakesperiana *A Tempestade*, que corporifica o drama sofrido pelas populações colonizadas quando do processo de extermínio cultural (nomeadamente, nesse contexto específico, a distorção da percepção das línguas dos povos colonizados e a imposição direta da língua estrangeira).

^{xl} BARTHES, Roland. *Aula*. Lição Inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio da França. 8ª ed. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 2000. p. 25.